



PLANO DE ENSINO

IDENTIFICAÇÃO

Ano letivo: 2025

Série: 5º ano

Turno: Diurno e Noturno

NOME DA DISCIPLINA

Direito Ambiental

CARGA HORÁRIA

Semanal: 2 Horas-aula

Semestral: 40 Horas-aula

DOCENTE RESPONSÁVEL

Jorge Alberto Marum

EMENTA DA DISCIPLINA

1. Introdução ao Direito Ambiental. Aspectos históricos. Ética e sustentabilidade. Educação ambiental. Mínimo existencial ambiental. 2. O meio ambiente no quadro da evolução histórica dos direitos humanos. Interesses difusos, coletivos e individuais homogêneos. 3. Direito Ambiental: conceito e autonomia. Fontes do Direito Ambiental. 4. Meio ambiente na Constituição de 1988. 5. Princípios de direito ambiental. 6. Bens ambientais. 7. Política Nacional do Meio Ambiente (PNMA). Sistema Nacional do Meio Ambiente (SISNAMA). Instrumentos da Política Nacional do Meio Ambiente. 8. Responsabilidade por dano ou ameaça de dano ambiental: civil, administrativa e penal. Crimes ambientais. 9. Meio ambiente natural. 10. Meio ambiente artificial. 11. Meio ambiente cultural. 12. Direito Ambiental Internacional.

OBJETIVOS DA DISCIPLINA

Objetivos Gerais: Apresentar aos alunos uma abordagem contemporânea do Direito Ambiental com o fim de possibilitar o desenvolvimento de valores sociais, ligados à ética, cidadania e direitos humanos. Compreender os dilemas enfrentados pelo aplicador do direito na solução dos casos concretos. Estimular a pesquisa na área do direito ambiental com a finalidade de criar ações inovadoras que agilizem e aperfeiçoem os mecanismos de atendimento aos anseios da sociedade moderna na caracterização dos seus direitos, visando o desenvolvimento sustentável. Incentivar a extensão universitária por meio de elaboração de projetos sociais. Compreender a importância do meio ambiente enquanto elemento essencial à qualidade de vida dos seres humanos. Explorar com os alunos o sistema de proteção legal e jurídica do bem ambiental, partindo dos princípios ambientais contidos nas Declarações Internacionais e na Constituição Federal e descendo ao detalhamento da legislação infraconstitucional.

Possibilitar o desenvolvimento das competências e habilidades para que o egresso tenha, ao final do curso:

a) Leitura, compreensão e elaboração de textos jurídicos, com a devida utilização das normas técnico-jurídicas;

b) Interpretação e aplicação do Direito;

c) Pesquisa e utilização da legislação, da jurisprudência, da doutrina e de outras fontes do Direito;

d) Correta utilização da terminologia jurídica ou da Ciência do Direito;

e) Utilização de raciocínio jurídico, de argumentação, de persuasão e de reflexão crítica;



- f) Julgamento e tomada de decisões;
- g) Domínio de tecnologias e métodos para permanente compreensão e aplicação do Direito;
- h) Capacidade para o trabalho em equipe.

Objetivos Específicos:

Capacitar os alunos para

- a) Recordar a evolução histórica dos direitos humanos.
- b) Compreender o processo histórico de formação da sociedade de massa.
- c) Conceituar, exemplificar, diferenciar e explicar os conceitos de direitos difusos, coletivos e individuais homogêneos.
- d) Analisar a importância do Direito Ambiental na contemporaneidade como direito fundamental. Refletir sobre a sustentabilidade e como isso repercute na existência das presentes e futuras gerações. Reconhecer a importância dos recursos naturais para o desenvolvimento econômico. Analisar questões relacionadas ao mínimo existencial ambiental e às mudanças climáticas.
- e) Analisar, interpretar e aplicar as normas ambientais.
- f) Explicar o surgimento do direito ambiental. Reconhecer a importância do direito ambiental. Refletir sobre ética, sustentabilidade e ecologia e como essas questões repercutem sobre os demais ramos do direito.
- g) Criticar e discutir as visões biocêntrica e antropocêntrica.
- h) Citar e explicar as fontes do Direito Ambiental.
- i) Explicar a autonomia do Direito Ambiental e sua relação com outras ciências e com outros ramos do Direito.
- j) Identificar e aplicar os princípios ambientais a situações práticas.
- k) Identificar, explicar, interpretar e aplicar as normas constitucionais específicas e gerais.
- l) Compreender e aplicar as normas constitucionais de competência ambiental. Identificar a competência legislativa e administrativa de cada ente da federação. Aplicar as normas de competência ambiental previstas na Lei Complementar n. 140/11. Diferenciar atuação supletiva de atuação subsidiária. Identificar os instrumentos de cooperação institucional.
- m) Analisar a natureza jurídica dos bens ambientais.
- n) Descrever e esquematizar a Política Nacional do Meio Ambiente (LPNMA) e identificar seus princípios e objetivos. Conceituar degradação da qualidade ambiental, poluição, poluidor e recursos ambientais.
- o) Descrever e esquematizar o Sistema Nacional do Meio Ambiente (SISNAMA) e examinar a competência de cada órgão que o compõe.
- p) Compreender a importância dos instrumentos da PNMA para a preservação, melhoria e recuperação do meio ambiente. Relacionar qualidade ambiental com qualidade de vida.
- q) Conceituar, distinguir, analisar e esquematizar os instrumentos de intervenção da PNMA.
- r) Citar, classificar e estabelecer as principais características das unidades de conservação. Diferenciar as unidades de conservação: unidades de proteção integral e unidades de uso sustentável. Conceituar e identificar as áreas de preservação permanente (APPs) e a reserva legal (RL). Distinguir e comparar: unidades de conservação, áreas de preservação permanente e reserva legal.
- s) Conceituar, distinguir, analisar e esquematizar os instrumentos de controle da PNMA.
- t) Citar, classificar e estabelecer as principais características dos seguintes instrumentos: avaliação de impacto ambiental, estudo prévio de impacto ambiental, relatório de impacto ambiental, licenciamento ambiental, audiência pública, relatório de qualidade do meio ambiente, cadastros ambientais e informação ambiental, participação e educação ambiental. Conceituar licenciamento ambiental e licença ambiental. Aplicar as regras de competência para o licenciamento ambiental. Citar e indicar as condições para a concessão das licenças ambientais. Analisar a importância da participação popular como forma de exercer a cidadania ambiental e efetivar o direito à informação ambiental.
- u) Conceituar, distinguir, analisar e esquematizar os instrumentos econômicos da LPNMA: servidão ambiental, seguro ambiental e concessão ambiental.
- v) Discutir sobre as medidas de prevenção e repressão do dano ambiental. Analisar a responsabilidade por dano ambiental. Distinguir e identificar os requisitos da responsabilidade penal da civil e da administrativa. Interpretar e aplicar as normas



ambientais com relação aos crimes e infrações ambientais.

w) Interpretar e aplicar as normas ambientais pertinentes ao meio ambiente natural, patrimônio genético, cultural, artificial e do trabalho.

1° Semestre	TEMAS E ATIVIDADES	T/P	MÉTODO
1	Introdução. Apresentação da disciplina, objetivos, orientações gerais.	Teórica	Aula Expositiva
2	Ecologia e ética ambiental. A visão conservadora. Antropocentrismo, biocentrismo e ecocentrismo.	Teórica	Aula Expositiva
3	Direito Ambiental: panorama histórico, conceito, autonomia e fontes. Princípios do Direito Ambiental.	Teórica	Aula Expositiva
4	O Meio Ambiente na Constituição de 1988.	Teórica	Aula Expositiva
5	O Meio Ambiente na Constituição de 1988 (continuação).	Teórica	Aula Expositiva
6	Competências ambientais constitucionais: a Lei Complementar n. 140/2011.	Teórica	Aula Expositiva
7	Competências ambientais constitucionais: a Lei Complementar n. 140/2011 (continuação).	Teórica	Aula Expositiva
8	A Política Nacional do Meio Ambiente – LPNMA (Lei n. 6.938/81).	Teórica	Aula Expositiva
9	A Política Nacional do Meio Ambiente – LPNMA (Lei n. 6.938/81) (continuação).	Teórica	Aula Expositiva
10	A Política Nacional de Educação Ambiental – Lei n. 9.795/99.	Teórica	Aula Expositiva
11	Código Florestal (Lei n. 12.651/2012).	Teórica	Aula Expositiva
12	Código Florestal (Lei n. 12.651/2012). (continuação)	Teórica	Aula Expositiva
13	Bioma Mata Atlântica (Lei n. 11.428/2006).	Teórica	Aula Expositiva
14	O Sistema Nacional das Unidades de Conservação – SNUC (Lei n. 9.985/2000).	Teórica	Aula Expositiva
15	Água. A Política Nacional de Recursos Hídricos (Lei n. 9.433/97).	Teórica	Aula Expositiva

2° Semestre	TEMAS E ATIVIDADES	T/P	MÉTODO
1	Saneamento Básico (Lei n. 11.445/2007, atualizada pela Lei n. 14.026/2020).	Teórica	Aula Expositiva
2	Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei n. 12.305/2010).	Teórica	Aula Expositiva
3	Proteção ao Solo (Mineração, Agrotóxicos etc.).	Teórica	Aula Expositiva
4	Proteção à Atmosfera (Zoneamento Industrial, Dec-lei 1.413/75, a Lei 6.803/80 etc.).	Teórica	Aula Expositiva
5	Clima. Convenção do Clima e seus Protocolos. Política Nacional sobre Mudança do Clima (Lei 12.187/2009).	Teórica	Aula Expositiva
6	Proteção à Fauna (Decreto 24.645/34, Lei 9.605/98). Os Códigos de Caça e de Pesca e suas alterações (Lei n. 5.197/67 e Dec-Lei n. 221/67).	Teórica	Aula Expositiva
7	Biodiversidade e Patrimônio Genético (Leis nº 11.105/2005 e 13.123/2015).	Teórica	Aula Expositiva
8	Meio Ambiente Urbano: Estatuto da Cidade (Lei n. 10.257/2001).	Teórica	Aula Expositiva
9	Meio Ambiente Urbano: parcelamento do solo urbano (Lei n. 7.347/79).	Teórica	Aula Expositiva
10	Meio Ambiente Artificial, Patrimônio Cultural (Dec-Lei n. 25/37).	Teórica	Aula Expositiva
11	Responsabilidade administrativa pelo dano ou ameaça ao Meio Ambiente. Lei 6.938/81.	Teórica	Aula Expositiva
12	Responsabilidade civil pelo dano ou ameaça ao Meio Ambiente. Lei 9.605/98.	Teórica	Aula Expositiva
13	Inquérito Civil, Ação Civil Pública e Ação Popular Ambiental (Constituição Federal, Lei n. 7.347/85).	Teórica	Aula Expositiva
14	Responsabilidade criminal pelo dano ou ameaça ao Meio Ambiente. Lei 9.605/98.	Teórica	Aula Expositiva
15	Direito Ambiental Internacional. Tratados e convenções internacionais de proteção ao meio ambiente.	Teórica	Aula Expositiva



CLASSIFICAÇÃO DE AULAS E MÉTODOS DE APRENDIZAGEM

CLASSIFICAÇÃO DAS AULAS

Aulas teóricas capacitam o aluno no entendimento das bases do Direito, com:

- a) Interpretação e aplicação das normas jurídicas;
- b) Domínio de conceitos fundamentais e metodologia jurídica;
- c) Precisão no uso de terminologia e categorias jurídicas;
- d) Integração de teoria e prática na resolução de problemas jurídicos.

Aulas práticas capacitam o aluno para a atuação no campo jurídico, com:

- a) Técnicas de raciocínio e argumentação jurídica;
- b) Pesquisa eficiente e aplicação de recursos legais diversos;
- c) Competência em procedimentos judiciais e extrajudiciais;
- d) Incorporação de sistemas jurídicos internacionais, quando possível.

CLASSIFICAÇÃO DOS MÉTODOS

- 1. Aula Expositiva:** o professor apresenta o conteúdo de forma estruturada, utilizando recursos como slides, quadros e materiais de apoio. Foco na transmissão de informações e conceitos fundamentais com o objetivo de garantir que os alunos adquiram o conhecimento básico necessário sobre o tema em questão.
- 2. Aula Dialógica:** envolve um diálogo constante entre o professor e os alunos, promovendo a interação e a participação ativa dos estudantes na construção do conhecimento. O objetivo é desenvolver o pensamento crítico e estimular a participação dos alunos.
- 3. Seminário:** alunos ou grupos de alunos apresentam temas específicos para a turma, seguidos por discussões e perguntas. O professor atua como moderador e facilitador. O objetivo é desenvolver habilidades de pesquisa, apresentação e argumentação dos alunos.
- 4. Estudo de Caso:** apresentação de casos reais ou fictícios para análise e discussão em grupo, incentivando os alunos a aplicar conceitos teóricos para resolver problemas práticos. O objetivo é promover a aplicação prática do conhecimento e o desenvolvimento de habilidades analíticas.
- 5. Debate:** os alunos são divididos em grupos com posições opostas sobre um tema específico e debatem suas perspectivas. O professor pode atuar como moderador. O objetivo é desenvolver habilidades de argumentação, pensamento crítico e oratória.
- 6. Pannel de Discussão:** um grupo de alunos discute um tema específico diante da turma, seguido por uma sessão de perguntas e respostas. O objetivo é expor os alunos a diferentes perspectivas e aprofundar a compreensão sobre o tema.
- 7. Aula Dinâmica:** utiliza atividades práticas, jogos, simulações e outras técnicas interativas para envolver os alunos e facilitar o aprendizado de maneira mais prática e envolvente. O objetivo é tornar o aprendizado mais atraente e ajudar os alunos a aplicar os conceitos teóricos em situações práticas. Os alunos podem assumir papéis específicos em situações simuladas, como um julgamento, mediação ou negociação, para praticar habilidades jurídicas e de comunicação.
- 8. Atividades de Pesquisa em Sala:** os alunos realizam pequenas pesquisas durante a aula sobre tópicos relacionados ao tema, utilizando recursos como livros, artigos e internet. O objetivo é estimular a capacidade de pesquisa e a autonomia dos alunos.
- 9. Ensino por Projetos:** os alunos desenvolvem projetos individuais ou em grupo sobre temas específicos, que são apresentados e discutidos em sala de aula. O objetivo é integrar diferentes áreas do conhecimento e desenvolver habilidades de planejamento e execução de projetos.
- 10. Aula Invertida:** os alunos estudam o conteúdo teórico em casa, por meio de vídeos, leituras e outros materiais, e o tempo de aula é dedicado à discussão, aplicação prática e resolução de dúvidas. O objetivo é maximizar o tempo de interação em sala de aula e focar na aplicação prática dos conhecimentos.
- 11. Aprendizagem Baseada em Problemas (PBL - Problem-Based Learning):** os alunos são apresentados a um problema prático e trabalham em grupo para encontrar soluções, aplicando conhecimentos teóricos e desenvolvendo novas habilidades. O objetivo é promover a aprendizagem ativa e a aplicação prática do conhecimento.



INSTRUMENTOS E ORIENTAÇÕES PEDAGÓGICAS

Número de avaliações (incluindo o provão): 2 avaliações

Composição de nota: A média é composta de 30% da nota da avaliação intermediária interdisciplinar (provão) e 70% das notas das demais avaliações. As notas das avaliações devem seguir uma escala de 0 a 10. Nas avaliações semestrais, que correspondem a 70% da média, o professor não aplicará provas objetivas (testes, múltipla escolha, verdadeiro ou falso), pois esse método é aplicado na avaliação intermediária interdisciplinar (provão). Todos os demais métodos avaliativos estão à disposição do professor para a composição final da média, exceto a avaliação objetiva.

Atividade Avaliativa	Peso
Prova semestral	70%
Provão	30%

Datas das avaliações: A avaliação intermediária interdisciplinar (provão) é feita em data única, previamente inserida no calendário acadêmico, sendo aplicada durante o horário regular das aulas, na sala designada para cada turma. No dia da avaliação, não haverá aulas regulares. As datas das avaliações escritas e orais serão fixadas pelo professor, no período de provas, indicado no calendário acadêmico. As avaliações por trabalhos, projetos e seminários ocorrem de forma contínua e em etapas com datas fixadas pelo professor.

Google Sala de Aula (Classroom): Os alunos devem acessar o Google Sala de Aula (Classroom) da disciplina correspondente para terem informações quanto aos detalhes e/ou instrumentos dos métodos avaliativos, bem como seus critérios de correção, quando for aplicável.

Avaliação Intermediária Interdisciplinar (provão): A avaliação intermediária interdisciplinar (provão) é a única avaliação do tipo prova objetiva, envolvendo questões teste e de múltipla escolha e possui peso de 30% para a média semestral. A prova é formada por 10 questões de cada disciplina e deve ser respondida sem qualquer tipo de consulta. O número de acertos dentre as 10 questões da disciplina (e não de toda a prova) representa a nota dessa avaliação. Cada turma recebe uma prova exclusiva com seus conteúdos específicos. Todos os professores realizam essa avaliação.

Avaliação por trabalhos, projetos e seminários: Esta modalidade de avaliação visa desenvolver e avaliar habilidades práticas, colaborativas e de comunicação, fundamentais para a formação jurídica. Os alunos serão desafiados a aplicar conceitos teóricos em situações práticas, por meio de diferentes atividades que podem incluir Gerenciamento de Projetos (desde a concepção do projeto, pesquisa, planejamento, execução, até a apresentação final), Produção de Textos (acadêmicos e profissionais, fichamentos, resenhas, artigos, ensaios, pareceres e relatórios), Apresentações e Seminários (pesquisas e projetos em seminários). Esse tipo de avaliação leva em consideração a capacidade de organização, liderança, trabalho em equipe, cumprimento de prazos, clareza e coesão da apresentação e argumentação, domínio do conteúdo, capacidade de responder a perguntas e interação com o público, relevância e originalidade do tema, profundidade da pesquisa, correção gramatical e o uso adequado das normas técnicas de citação. Fica a critério do professor a utilização desse tipo de avaliação, não sendo prioritária nesta disciplina para a composição da média. ou sendo prioritária nesta disciplina a composição de N% (n por cento) da média. A prova é formada por <descrição da composição e aplicação da prova>.



Avaliação escrita: Esse tipo de avaliação pode exigir respostas curtas, explicativas, discursivas, dissertativas, redações e estudos de caso. São questões que exigem análise qualitativa das respostas, envolvendo não apenas a correção da resposta, mas também a lógica, a estruturação das ideias e do argumento, a clareza da explicação, a pertinência dos exemplos citados, as normas gramaticais, de coesão e coerência, a compreensão do problema, a pertinência das soluções e a aplicação correta de conceitos. Fica a critério do professor a utilização desse tipo de avaliação, Nas avaliações discursivas, serão levados em conta o conhecimento do conteúdo lecionado e a correta utilização do idioma.

Avaliação oral: é uma ferramenta para verificar a compreensão profunda e a capacidade de comunicação do aluno. Nesta modalidade, leva-se em consideração a capacidade de síntese do aluno (demonstrar habilidade de resumir conceitos complexos de forma clara e concisa, evidenciando a compreensão integral do tema abordado), habilidades de comunicação (fluência verbal, clareza na exposição das ideias e capacidade de se expressar de maneira lógica e organizada), entendimento do tema (compreender os conceitos para ser capaz de aplicá-los em diferentes contextos, análise crítica e correlação de ideias) e interatividade do aluno (capacidade de interagir com o avaliador, respondendo a perguntas e defendendo seus pontos de vista com argumentos sólidos e bem fundamentados). Fica a critério do professor a utilização desse tipo de avaliação, não sendo prioritária nesta disciplina para a composição da média.

Exame: o professor não poderá aplicar provas objetivas (testes, múltipla escolha, verdadeiro ou falso), mas todos os demais métodos avaliativos estão à disposição para a composição final da média. A média para aprovação é 7,0 (sete). A média final entre 0,0 (zero) e 6,9 (seis e nove décimos) leva o aluno à dependência (DP).

Avaliação substitutiva: a solicitação de avaliação substitutiva envolve todo tipo de avaliação e deve ser realizada pelo aluno junto à Secretaria. Os prazos estão estipulados no Calendário Acadêmico. Para os casos sem motivo justificado, é necessário o pagamento de uma taxa, cujo valor é estipulado pela FADI. Este pagamento deve ser realizado na Tesouraria da FADI. A isenção da taxa é concedida para casos com motivo justificado, como doença, luto, matrimônio, serviço militar, convocação oficial, entre outros. A justificativa deve ser comprovada com documentos oficiais: a) doença (atestado ou laudo médico com carimbo, data, nome e assinatura do profissional), b) luto (atestado ou certidão de óbito e documento que comprove o parentesco), c) matrimônio (certidão de casamento), d) serviço militar e convocações oficiais (documentos oficiais emitidos pela unidade militar ou autoridade competente), e) eventos acadêmicos (certificado ou declaração da instituição organizadora do evento). As provas substitutivas são realizadas exclusivamente aos sábados, conforme o agendamento promovido pela Coordenação Pedagógica e pela Secretaria Acadêmica. A avaliação substitutiva é aplicada uma única vez por disciplina e em um único sábado. Não há concessão de avaliação substitutiva para os exames finais e para a disciplina de Pesquisa em Direito e Metodologia do Trabalho Científico. A avaliação substitutiva das provas regulares segue o mesmo modelo avaliativo original. No caso da avaliação intermediária interdisciplinar (provão) - substitutiva, a prova é composta por 10 questões discursivas de cada disciplina em substituição da avaliação regular objetiva e deve ser respondida sem qualquer tipo de consulta.

Regime de dependência e adaptação: no ato da matrícula ou rematrícula, os alunos devem se matricular nas disciplinas do regime de dependência e adaptação, quando aplicável. O regime de adaptação é destinado aos alunos que vieram de transferência externa e precisam complementar o currículo com disciplinas que ainda não haviam sido cursadas na instituição anterior. Já os alunos em dependência são aqueles que não atingiram a média mínima para a aprovação na disciplina. Nesse regime, os alunos não são obrigados a assistir às aulas regulares. Cada professor possui autonomia para escolher o método de ensino, revisão e avaliação a ser utilizado. Nesse contexto, o Google Sala de Aula (Classroom) torna-se uma ferramenta essencial, pois todas as informações, materiais didáticos e instrumentos metodológicos disponibilizados estarão acessíveis nessa plataforma. A média necessária para aprovação direta é 7,0 (sete). Se a média ficar entre 3,0 (três) e 6,9 (seis e nove décimos), o aluno deverá realizar o exame. Caso a média seja inferior a 3,0 (três), o aluno estará automaticamente em dependência (DP). A média para aprovação do exame é 7,0 (sete).



Atividade Avaliativa	Peso
Prova semestral DP/Adap	100%

Orientação quanto à nota e arredondamentos: Os arredondamentos de notas são aplicados de maneira criteriosa para promover uma abordagem pedagógica eficaz e garantir que os alunos tenham oportunidades adequadas de revisão e consolidação do conhecimento. A média para aprovação é 7,0 (sete). A média final entre 3,0 (três) e 6,9 (seis e nove décimos) leva o aluno ao exame e entre 0,0 (zero) e 2,9 (dois e nove décimos) leva à dependência (DP) de forma direta. Nessa disciplina, Não haverá arredondamento de nota.



BIBLIOGRAFIA

BIBLIOGRAFIA BÁSICA (3 títulos)

AMADO, Frederico. **Direito Ambiental esquematizado**. São Paulo: Gen Editorial.

MARUM, Jorge Alberto de Oliveira. **Direito Ambiental sistematizado para cursos e concursos**. Curitiba: Appris Editora, 2023.

SILVA, José Afonso da. **Direito Ambiental Constitucional**. São Paulo: Malheiros.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR (5 títulos)

MAZZILLI, Hugo Nigro. **A defesa dos interesses difusos em juízo**. São Paulo: Saraiva.

MILARÉ, Édis. **Direito do Ambiente**. São Paulo: RT.

RODRIGUES, Marcelo Abelha. **Direito Ambiental esquematizado**. São Paulo, Saraiva Jur.

SCRUTON, Roger. **Filosofia verde**. São Paulo: É realizações, 2016.

SILVA, José Afonso da. **Direito Urbanístico Brasileiro**. São Paulo: Malheiros.